



PREFEITURA DE

**SÃO PEDRO
DA ÁGUA BRANCA**
GOVERNANDO PARA TODOS

Política Pública Municipal

I Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA

São Pedro da Água Branca (MA). Prefeitura Municipal.

I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Pedro da Água Branca / Prefeitura Municipal de São Pedro da Água Branca. – São Pedro da Água Branca, MA: Prefeitura Municipal, 2026.

il.

Vigência: 2026–2030.

1. Segurança alimentar e nutricional – São Pedro da Água Branca (MA). 2. Política pública municipal – alimentação. 3. Direito humano à alimentação adequada. 4. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. 5. Agricultura familiar – Maranhão. I. Título.

CDU: 614.31(812.1)

Ficha catalográfica elaborada conforme as normas da ABNT NBR 6023:2018 e ABNT NBR 12676:1992.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA

Samuel Kesley Ribeiro de Souza
Prefeito

Gilsimar Ferreira Pereira
Vice-Prefeito

Adriana Silva da Costa
Secretária Municipal de Administração – SEMAD

Eduardo das Chagas Ataíde
Secretária Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca – SEMAP
Presidente da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional –
CAISAN

Francisco Elias Pereira
Secretário Municipal de Assistência Social – SMAS
Secretário Executivo da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e
Nutricional – CAISAN

Marcos Suel Teles dos Santos
Secretário Municipal de Educação - SEMED

Idecley Monteiro de Souza
Secretária Municipal de Saúde – SEMUS

Genivaldo de Oliveira
Secretário Municipal de Meio Ambiente- SEMMA

Rosiane Alves da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –
COMSEA

Josilene dos Santos Martins

Secretária Geral do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional –
COMSEA

Marcos Vinicius de Moraes Moura

Conselheiro Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Igreja
Evangélica Nova Aliança

Rosiane Alves da Silva

Conselheira Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Associação de
Moradores e Lavradores Assentamento PA Água Branca

Luciana Neres Moreira

Conselheira Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Sindicato dos
Produtores Rurais S. P. A. B

Josilene dos Santos Martins

Conselheira Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Associação de
Produtores Rurais da Região do Riacho das Traíras

APRESENTAÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) constitui um Direito Humano fundamental, reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro e reafirmado como eixo estratégico das políticas públicas voltadas à promoção da dignidade, da saúde e do desenvolvimento social. No Brasil, esse direito encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, especialmente após a Emenda Constitucional nº 64/2010, que incluiu a alimentação entre os direitos sociais, bem como na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN – Lei nº 11.346/2006), que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse arcabouço normativo estabelece a responsabilidade compartilhada entre os entes federativos na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas de SAN, respeitando as especificidades territoriais e socioculturais de cada localidade.

O I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Pedro da Água Branca/MA, doravante denominado I PLAMSAN, constitui o primeiro instrumento dessa natureza elaborado pelo Município, compreendendo o período de 2026 a 2030. Sua formulação observou as diretrizes do SISAN e as orientações metodológicas do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente o ODS 2, que estabelece metas para a erradicação da fome, a promoção da segurança alimentar e o fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis.

O Município de São Pedro da Água Branca está situado na região Sul do Maranhão, em área de influência dos municípios de Açailândia e Imperatriz, e apresenta economia baseada na agricultura familiar, na agropecuária e no comércio local. Parcela expressiva de sua população reside na zona rural, onde a produção de alimentos para autoconsumo, a criação de animais de pequeno porte e o cultivo de culturas tradicionais como mandioca, milho e feijão constituem estratégias consolidadas de subsistência e de reprodução social das famílias. Esse perfil territorial confere ao Município potencial produtivo relevante para a política de segurança alimentar, ao mesmo tempo em que impõe desafios relacionados ao acesso a serviços públicos, à infraestrutura rural e ao escoamento da produção familiar.

Diante dessa realidade, o I PLAMSAN adota abordagem intersetorial, articulando as áreas de saúde, assistência social, educação, agricultura e meio ambiente em torno de objetivos e metas comuns. Essa articulação parte do reconhecimento de que a garantia do

direito humano à alimentação adequada não pode ser alcançada por uma única política setorial, mas requer coordenação institucional, planejamento integrado e corresponsabilidade entre as diferentes secretarias municipais. Os eixos estratégicos do Plano traduzem essa perspectiva em ações, com prazos, responsáveis e indicadores de monitoramento definidos.

Do ponto de vista metodológico, este documento adota abordagem qualitativa e quantitativa, fundamentada na análise documental, em dados secundários oficiais, como os produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e em informações institucionais municipais. A leitura crítica desses dados permite compreender os indicadores de renda, pobreza e acesso a políticas públicas, bem como os condicionantes territoriais e institucionais que incidem sobre a implementação da política de SAN.

O I PLANSAN representa, portanto, o compromisso formal do Município com a Segurança Alimentar e Nutricional como prioridade de gestão pública. Ao organizar objetivos, recursos e responsabilidades institucionais em torno do direito humano à alimentação adequada, o Plano oferece à administração municipal referência técnica para a tomada de decisão e instrumento político para o diálogo com a sociedade, com os órgãos de controle e com as instâncias de financiamento estaduais e federais.

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAISAN	Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PLAMSAN	Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEMAD	Secretaria Municipal de Administração
SEMAP	Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pesca
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMUS	Secretaria Municipal de Saúde
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura Populacional por Sexo e Idade (Censo 2022).	26
Tabela 2 - Indicadores Socioeconômicos Básicos (São Pedro da Água Branca)	28
Tabela 3 - Equipamentos e serviços de acesso alimentar.....	33
Tabela 4 - Principais Produtos da Agricultura Familiar.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estrutura Etária da População (Censo, 2022)	26
Gráfico 2 - Distribuição percentual por sexo (Censo, 2022).....	27
Gráfico 3 - Principais produtos da Agricultura Familiar	35

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
2.	O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN).....	14
2.1	Fundamentação conceitual e normativa do SISAN	14
2.2	Princípios e diretrizes do SISAN	15
2.3	Estrutura organizacional do SISAN	17
2.4	Instrumentos de gestão do SISAN.....	19
3.	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	21
3.1	Procedimentos metodológicos do diagnóstico.....	22
3.1.1	Natureza e Abordagem da Pesquisa.....	23
3.1.2	Delineamento Operacional do Diagnóstico	23
3.2	Aspectos demográficos e socioeconômicos	25
3.2.1	História do Município	25
3.2.2	População.....	26
3.2.3	Indicadores socioeconômicos	27
3.2.4	Território e características geografias.....	28
3.2.4.1	Características Físicas e Ambientais	29
3.2.4.2	Uso do Solo e Estrutura Produtiva.....	29
3.2.4.3	Infraestrutura e Conectividade	29
4.	DIAGNÓSTICO	31
a.	Acesso à Alimentação Adequada e Saudável.....	31
b.	Produção e disponibilidade de alimentos.....	34
c.	Transferência de renda e indicadores de condições de vida	37
d.	Acesso aos serviços de água adequada, esgotamento sanitário e coleta de lixo.....	38
e.	Saúde, Nutrição e Educação alimentar	40
5.	PROPOSTAS ORIUNDAS DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	42
a.	Eixo 1 – Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	42
b.	Eixo 2 – Políticas Públicas Garantidoras dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada	43
c.	Eixo 3 – Democracia e Participação Social	43
6.	DIRETRIZES: eixos estratégicos e ações da política de SAN	44
7.	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	45
7.1	Estrutura de Governança do Monitoramento.....	45
7.2	Indicadores Estratégicos de Monitoramento.....	45
7.3	Fontes de Dados.....	46

7.5 Transparência e Controle Social	47
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS – Programa Nacional de Alimentar Escolar (PNAE)	50

1. INTRODUÇÃO

A alimentação constitui dimensão essencial da vida humana e elemento estruturante das relações sociais. Mais do que suprimento biológico, ela expressa modos de produção, organização econômica, identidade cultural e desigualdades históricas. Nesse sentido, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) deve ser compreendida como categoria que articula direito, desenvolvimento e justiça social, ultrapassando a ideia restrita de combate à fome.

Neste sentido, a Segurança Alimentar e Nutricional refere-se à garantia de acesso regular e permanente a alimentos em quantidade suficiente e com qualidade adequada, sem comprometer outras necessidades essenciais. Esse conceito envolve diferentes dimensões, como produção, distribuição, acesso econômico, consumo e ações de políticas públicas. Sua análise exige considerar fatores sociais, econômicos e institucionais que influenciam as condições de vida da população.

No Brasil, a alimentação é reconhecida como direito social, e sua efetivação ocorre principalmente no âmbito municipal, onde as políticas públicas são executadas e alcançam diretamente as famílias. Programas de assistência social, alimentação escolar, atenção básica em saúde e incentivo à produção agrícola compõem parte das estratégias relacionadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. A organização dessas ações no território depende da estrutura administrativa local e da articulação entre diferentes setores da gestão pública.

O município de São Pedro da Água Branca, situado na região sul do Maranhão, insere-se em um contexto territorial caracterizado pela presença de áreas urbanas e rurais e por atividades econômicas vinculadas à agropecuária e à agricultura familiar. Essas características dialogam diretamente com a temática da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que envolvem produção de alimentos, geração de renda e organização dos mercados locais.

No contexto estadual, dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística permitem situar o município em relação a indicadores socioeconômicos mais amplos, contribuindo para a compreensão das condições estruturais que influenciam o acesso da população a bens e serviços. A articulação entre essas informações e a realidade municipal possibilita uma leitura mais precisa do cenário local.

Este diagnóstico tem como foco a caracterização da Segurança Alimentar e Nutricional em São Pedro da Água Branca, considerando aspectos territoriais, socioeconômicos e institucionais. O objetivo é apresentar um panorama organizado das condições existentes no

município, identificando como as políticas públicas relacionadas ao tema estão estruturadas e quais elementos compõem esse cenário.

A partir dessa contextualização, o trabalho desenvolve a análise do município com base em dados oficiais e informações institucionais, buscando sistematizar elementos que contribuam para a compreensão da Segurança Alimentar e Nutricional no território.

2. O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN)

2.1 Fundamentação conceitual e normativa do SISAN

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) constitui o arranjo institucional criado para organizar a atuação do Estado brasileiro na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Sua instituição representou a formalização de uma estrutura permanente de articulação entre políticas públicas voltadas ao abastecimento, à produção, ao acesso e ao consumo de alimentos. O Sistema foi concebido com base na cooperação entre os entes federativos e na integração entre governo e sociedade civil. Trata-se de um modelo que busca estruturar responsabilidades compartilhadas e mecanismos de coordenação intersetorial. Sua criação consolidou juridicamente uma agenda que vinha sendo construída por meio de conferências e espaços de participação social.

A organização do SISAN está fundamentada na compreensão de que a Segurança Alimentar e Nutricional envolve múltiplas dimensões sociais, econômicas e institucionais. Dessa forma, o Sistema não se limita à execução de programas específicos, mas estabelece uma arquitetura de governança voltada à integração de ações públicas. Essa integração envolve diferentes áreas governamentais, como agricultura, saúde, assistência social, educação e planejamento. A estrutura sistêmica busca evitar fragmentação administrativa e sobreposição de iniciativas. O funcionamento do SISAN depende da articulação contínua entre essas instâncias.

O modelo adotado pelo Sistema baseia-se na descentralização administrativa, reconhecendo a autonomia dos estados e municípios na implementação das políticas. Ao mesmo tempo, prevê mecanismos de cooperação técnica e financeira entre os níveis de governo. Essa organização federativa permite que as diretrizes nacionais sejam adaptadas às especificidades territoriais. A adesão ao SISAN implica compromisso institucional com a criação de estruturas próprias de gestão. O Sistema estabelece requisitos formais para que essa integração ocorra de maneira estruturada.

Outro elemento central do SISAN é a institucionalização da participação social na formulação das políticas públicas. O modelo adotado prevê a atuação de conselhos e conferências como espaços de diálogo entre governo e sociedade civil. Esses mecanismos foram incorporados como parte da estrutura formal do Sistema. A presença dessas instâncias contribui para a organização do processo deliberativo e para o acompanhamento das ações

governamentais. A articulação entre governo e sociedade civil constitui componente permanente do arranjo institucional.

A criação do SISAN também está associada ao reconhecimento da alimentação como direito social. Esse reconhecimento ampliou a base jurídica da política pública e fortaleceu sua institucionalização. O Sistema passou a operar como instrumento de concretização desse direito no território nacional. A formalização de princípios e diretrizes contribuiu para uniformizar referências normativas. Dessa forma, o SISAN consolidou a Segurança Alimentar e Nutricional como política de Estado.

A operacionalização do Sistema ocorre por meio de instrumentos de planejamento e coordenação intersetorial. Esses instrumentos permitem organizar metas, ações e responsabilidades entre os órgãos governamentais. O planejamento sistêmico busca alinhar a política de Segurança Alimentar e Nutricional aos demais instrumentos orçamentários. A compatibilização com o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual integra essa estrutura. O funcionamento do SISAN depende da regularidade desses processos administrativos.

A institucionalização do Sistema também definiu competências específicas para cada ente federativo. A União exerce papel de coordenação nacional e de formulação de diretrizes gerais. Estados e municípios assumem funções relacionadas à implementação e adaptação das ações ao contexto local. Essa distribuição de responsabilidades compõe a lógica federativa do Sistema. O modelo busca assegurar coerência entre planejamento nacional e execução territorial. A cooperação entre os entes é elemento permanente da estrutura.

Dessa forma, o SISAN configura-se como estrutura organizacional que integra princípios jurídicos, mecanismos administrativos e instâncias participativas. Sua finalidade é organizar de maneira sistêmica a política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. O arranjo institucional estabelecida busca garantir coordenação entre setores e níveis de governo. A consolidação do Sistema depende da formalização e do funcionamento regular de suas instâncias. Assim, o SISAN constitui a base organizacional da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional.

2.2 Princípios e diretrizes do SISAN

Os princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional orientam a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas ao direito à alimentação adequada. Eles funcionam como fundamentos normativos que direcionam a atuação dos entes federativos e das instâncias de gestão. Esses princípios definem valores

institucionais, assim como estabelecem parâmetros para organização administrativa e planejamento governamental. A observância desses referenciais é condição para a integração dos entes ao Sistema. Dessa forma, constituem base estruturante da política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O reconhecimento da alimentação como direito humano fundamental é o princípio central do SISAN. Esse entendimento implica responsabilidade do poder público na promoção de condições que assegurem acesso regular e permanente aos alimentos. O princípio orienta a organização das políticas públicas e fundamenta a atuação estatal nesse campo. Ele também estabelece que a alimentação adequada deve considerar qualidade, quantidade e adequação cultural. Assim, o direito à alimentação assume dimensão jurídica e administrativa no âmbito do Sistema.

A universalidade constitui outro princípio relevante, determinando que as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional devem contemplar toda a população. Esse princípio não exclui a adoção de estratégias específicas voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade, mas estabelece que o direito à alimentação é extensivo a todos. A universalidade orienta o desenho das políticas públicas e sua abrangência territorial. Ela também contribui para a organização do planejamento governamental. Dessa forma, integra o conjunto de diretrizes institucionais do Sistema.

A equidade complementa o princípio da universalidade, reconhecendo que diferentes grupos sociais podem demandar estratégias diferenciadas para assegurar o acesso à alimentação adequada. Esse princípio considera as desigualdades regionais, econômicas e sociais existentes no país. A aplicação da equidade orienta a formulação de políticas que levem em conta especificidades territoriais. No âmbito do SISAN, esse entendimento contribui para a adaptação das ações às realidades locais. Assim, a equidade atua como critério organizador das intervenções públicas.

A intersetorialidade é diretriz central do SISAN e decorre da compreensão de que a Segurança Alimentar e Nutricional envolve múltiplas áreas governamentais. Políticas de saúde, assistência social, agricultura, educação e desenvolvimento social possuem interfaces com a temática alimentar. A integração entre essas áreas busca assegurar coerência na formulação e execução das ações. A intersetorialidade também orienta a estrutura organizacional do Sistema. Dessa forma, constitui princípio operacional da política pública.

A descentralização administrativa integra o conjunto de diretrizes do SISAN, reconhecendo a autonomia dos entes federativos na organização das políticas de acordo com

suas competências constitucionais. Esse princípio permite que estados e municípios adaptem as ações às suas realidades territoriais. Ao mesmo tempo, mantém-se a articulação com diretrizes nacionais. A descentralização não elimina a cooperação entre os níveis de governo. Ela estrutura a distribuição de responsabilidades no âmbito do Sistema.

A participação social é outro princípio estruturante, sendo operacionalizada por meio de conselhos e conferências de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse mecanismo permite a presença de representantes da sociedade civil nos espaços de formulação e acompanhamento das políticas. A participação social integra formalmente a organização institucional do SISAN. Sua previsão normativa reforça o caráter participativo da política pública. Assim, constitui elemento permanente do arranjo sistêmico.

A sustentabilidade econômica, social e ambiental também integra as diretrizes do Sistema, orientando as políticas relacionadas à produção e ao abastecimento alimentar. Esse princípio considera que a promoção da alimentação adequada deve estar associada a práticas que respeitem os recursos naturais e as dinâmicas produtivas locais. A incorporação da sustentabilidade amplia o escopo da política de Segurança Alimentar e Nutricional. Ela conecta a temática alimentar a estratégias de desenvolvimento. Dessa forma, os princípios e diretrizes do SISAN estruturam a atuação estatal de maneira integrada e normativa.

2.3 Estrutura organizacional do SISAN

A estrutura organizacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi concebida para assegurar coordenação intersetorial e articulação federativa na implementação da política de Segurança Alimentar e Nutricional. Essa organização institucional envolve instâncias governamentais e espaços de participação social distribuídos nos diferentes níveis da Federação. O modelo adotado busca integrar planejamento, execução e acompanhamento das ações públicas. A composição do Sistema reflete a necessidade de diálogo entre setores administrativos distintos. Dessa forma, a estrutura organizacional constitui elemento central para o funcionamento do SISAN.

No âmbito federal, a coordenação governamental é exercida pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Essa instância reúne representantes de diferentes ministérios com atribuições relacionadas à temática alimentar. Sua função principal é articular políticas públicas e consolidar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A CAISAN atua como espaço de integração administrativa no interior

do Poder Executivo. Sua existência formaliza a intersetorialidade prevista nas diretrizes do Sistema.

A participação social em nível nacional ocorre por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Esse conselho possui caráter consultivo e propositivo, reunindo representantes governamentais e da sociedade civil. O CONSEA constitui instância de formulação de recomendações e acompanhamento das políticas públicas. Sua atuação está vinculada à promoção do diálogo entre Estado e sociedade. A presença dessa instância integra a estrutura organizacional do SISAN.

Nos estados e no Distrito Federal, a estrutura do Sistema segue modelo semelhante ao adotado em nível federal. São instituídas câmaras intersetoriais responsáveis pela articulação das ações governamentais e conselhos estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional para garantir participação social. Essas instâncias adaptam as diretrizes nacionais às realidades regionais. A organização estadual contribui para a integração entre políticas locais e federais. Dessa forma, a estrutura organizacional mantém coerência entre os níveis de governo.

No âmbito municipal, a estrutura organizacional também contempla a criação de Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e de instância intersetorial de coordenação. Essas instâncias são responsáveis por articular as ações locais e elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. A formalização desses órgãos é requisito para adesão ao Sistema. O funcionamento dessas estruturas permite integrar secretarias e setores administrativos. Assim, a organização municipal compõe a base territorial do SISAN.

A adesão ao Sistema exige a instituição formal dessas instâncias por meio de ato normativo próprio do ente federativo. Essa formalização assegura base jurídica para funcionamento regular dos órgãos. A criação de conselho e câmara intersetorial é condição para inserção no arranjo sistêmico nacional. O processo de adesão estabelece responsabilidades administrativas específicas. Dessa forma, a estrutura organizacional depende de regulamentação local.

A articulação entre as instâncias federais, estaduais e municipais ocorre por meio de mecanismos de cooperação técnica e administrativa. Essa integração permite alinhar planejamento e execução das ações. A organização sistêmica busca evitar fragmentação entre políticas públicas correlatas. A estrutura organizacional do SISAN está orientada pela lógica federativa brasileira. Assim, o Sistema opera por meio de coordenação entre diferentes esferas governamentais.

Portanto, a estrutura organizacional do SISAN é composta por instâncias de coordenação intersetorial e participação social distribuídas nos três níveis da Federação. Essa organização visa assegurar planejamento integrado, execução articulada e acompanhamento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional. A formalização dessas instâncias constitui requisito para adesão ao Sistema. O modelo adotado reflete os princípios de descentralização e cooperação federativa. Dessa maneira, a estrutura organizacional sustenta o funcionamento institucional do SISAN.

2.4 Instrumentos de gestão do SISAN

Os instrumentos de gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional são mecanismos administrativos e normativos destinados a organizar o planejamento, a execução e o acompanhamento da política de Segurança Alimentar e Nutricional. Esses instrumentos estruturam a atuação dos entes federativos no âmbito do Sistema e possibilitam a integração entre diferentes áreas governamentais. Sua utilização contribui para a formalização das ações e para a definição de responsabilidades institucionais. A gestão da política depende da articulação entre esses mecanismos. Assim, os instrumentos configuram parte essencial do funcionamento do SISAN.

O Plano de Segurança Alimentar e Nutricional constitui o principal instrumento de planejamento do Sistema. Esse documento estabelece objetivos, metas, ações e indicadores para determinado período de vigência. Sua elaboração deve ocorrer de forma intersetorial, envolvendo diferentes órgãos da administração pública. O plano organiza as prioridades da política no território e define atribuições dos setores envolvidos. Além disso, deve estar alinhado aos instrumentos gerais de planejamento governamental.

A compatibilização do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) integra o conjunto de procedimentos administrativos do Sistema. Essa articulação permite que as ações planejadas tenham previsão orçamentária. A integração com os instrumentos financeiros assegura viabilidade administrativa às metas estabelecidas. O alinhamento entre planejamento e orçamento constitui requisito para execução das políticas. Dessa forma, o SISAN incorpora mecanismos formais de gestão pública.

O monitoramento e a avaliação das ações compõem outro instrumento relevante de gestão. Esses processos permitem acompanhar a implementação das metas e verificar o cumprimento das diretrizes estabelecidas. O monitoramento envolve coleta e análise de dados

relacionados à execução das políticas. A avaliação possibilita examinar resultados alcançados no período de vigência do plano. Esses procedimentos contribuem para ajustes administrativos quando necessários.

As conferências de Segurança Alimentar e Nutricional também integram o conjunto de instrumentos do SISAN. Realizadas periodicamente, elas funcionam como espaços de debate e definição de diretrizes. As conferências reúnem representantes do poder público e da sociedade civil. Suas deliberações podem subsidiar a elaboração dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, configuram mecanismo de participação articulado ao planejamento da política.

A adesão formal ao Sistema constitui instrumento institucional necessário para integrar o ente federativo ao SISAN. Esse processo envolve assinatura de termo de adesão e comprovação da existência das instâncias exigidas pela legislação. A formalização assegura inserção do ente na estrutura sistêmica nacional. Também possibilita acesso a orientações técnicas e integração às estratégias federais. A adesão é etapa fundamental para consolidação da política no território.

Relatórios de gestão e sistemas de informação complementam os instrumentos administrativos do SISAN. Esses mecanismos permitem registrar dados sobre execução das ações e organização institucional. A sistematização de informações auxilia no acompanhamento da política. A produção de relatórios periódicos contribui para a transparência administrativa. Dessa forma, os instrumentos informacionais integram o processo de gestão do Sistema.

Portanto, os instrumentos de gestão do SISAN abrangem planejamento, monitoramento, participação social e formalização institucional. Esses mecanismos estruturam a atuação administrativa dos entes federativos na política de Segurança Alimentar e Nutricional. A integração entre planejamento e orçamento assegura viabilidade às ações previstas. O acompanhamento sistemático permite ajustes e aperfeiçoamentos na execução das políticas. Assim, os instrumentos de gestão sustentam operacionalmente o funcionamento do Sistema.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A caracterização do município constitui etapa fundamental para a compreensão do contexto em que se insere a política de Segurança Alimentar e Nutricional. A análise das condições locais permite identificar aspectos estruturais que influenciam a organização social, econômica e institucional do território. Esse levantamento possibilita situar o município no âmbito regional e estadual, considerando suas especificidades históricas e geográficas. A contextualização municipal contribui para fundamentar o diagnóstico e orientar o planejamento das ações públicas. Dessa forma, esta seção apresenta informações essenciais para a leitura integrada do território.

O município de São Pedro da Água Branca está localizado no estado do Maranhão, integrando a região Nordeste do Brasil. Sua inserção territorial ocorre em área marcada por dinâmicas econômicas e sociais próprias do sul maranhense. A organização espacial do município resulta de processos históricos de ocupação, expansão agrícola e formação de núcleos populacionais. A configuração atual do território reflete transformações administrativas e demográficas ao longo das últimas décadas. Esses elementos compõem o cenário no qual se estruturam as políticas públicas locais.

A análise municipal requer a observação de indicadores demográficos, econômicos e sociais que expressam as condições de vida da população. Dados estatísticos oficiais permitem identificar padrões populacionais, níveis de renda e características produtivas. Essas informações contribuem para compreender as demandas existentes no território. O levantamento sistemático desses aspectos possibilita estruturar diagnósticos mais precisos. Assim, a caracterização assume função técnica no planejamento público.

Além dos indicadores quantitativos, a trajetória histórica do município constitui elemento relevante para a compreensão da sua organização atual. O processo de formação administrativa, a criação do município e as mudanças institucionais influenciam a configuração das políticas locais. A história municipal também está relacionada à dinâmica econômica predominante. A análise histórica permite compreender como se consolidaram as estruturas administrativas existentes. Portanto, a contextualização histórica integra a caracterização territorial.

O território municipal apresenta características geográficas que interferem nas atividades produtivas e na organização social. Aspectos como relevo, hidrografia e uso do solo influenciam as práticas agrícolas e o abastecimento local. As condições ambientais também impactam o acesso a recursos naturais e a estrutura econômica predominante. A observação

desses elementos auxilia na compreensão das dinâmicas produtivas do município. Assim, o espaço geográfico constitui componente estruturante da análise.

A estrutura administrativa municipal compõe outro elemento essencial da caracterização. A organização das secretarias, conselhos e órgãos executivos define a capacidade institucional para implementação de políticas públicas. A articulação entre os diferentes setores da administração influencia a execução das ações governamentais. A estrutura organizacional também determina fluxos de decisão e coordenação intersetorial. Dessa forma, a dimensão institucional integra o diagnóstico municipal.

A análise da organização administrativa permite identificar os setores responsáveis por áreas estratégicas, como assistência social, saúde e agricultura. Essas áreas possuem relação direta com a política de Segurança Alimentar e Nutricional. A existência de instâncias colegiadas e mecanismos de participação social também integra a estrutura institucional. O mapeamento desses componentes possibilita avaliar o arranjo organizacional existente. Assim, a caracterização administrativa complementa a análise socioeconômica.

3.1 Procedimentos metodológicos do diagnóstico

O diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do município de São Pedro da Água Branca, localizado no estado do Maranhão, foi desenvolvido a partir de abordagem metodológica quali-quantitativa, de natureza descritiva, exploratória e aplicada. A escolha dessa estratégia fundamenta-se na compreensão de que a insegurança alimentar constitui fenômeno estrutural e multidimensional, cuja análise exige a articulação entre indicadores objetivos, interpretações sociais e leitura territorial.

Conforme Creswell (2014), a integração de métodos qualitativos e quantitativos permite ampliar a capacidade explicativa da pesquisa, especialmente quando o objeto investigado envolve dimensões sociais complexas. No caso da SAN, não se trata apenas de mensurar produção ou renda, mas de compreender como desigualdades estruturais, organização territorial e capacidade institucional influenciam o acesso regular e permanente à alimentação adequada.

A pesquisa possui natureza aplicada, pois busca produzir conhecimento voltado à intervenção e ao planejamento municipal. Gil (2019) afirma que estudos descritivos permitem mapear características sociais e econômicas de determinada realidade, contribuindo para a formulação de diagnósticos situacionais. Nesse sentido, o estudo orienta-se para subsidiar estratégias locais de fortalecimento da política de SAN.

O referencial normativo central é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que estabelece a alimentação adequada como direito fundamental, bem como as diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cuja estrutura pressupõe articulação intersetorial, participação social e integração entre políticas públicas. Essa perspectiva reforça que a análise metodológica deve ultrapassar indicadores isolados e considerar a interação entre renda, produção, infraestrutura e saúde.

3.1.1 Natureza e Abordagem da Pesquisa

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, com finalidade diagnóstica, orientada à compreensão das condições estruturais que incidem sobre a segurança alimentar no território municipal. A dimensão aplicada justifica-se pela intenção de contribuir para o planejamento local, integrando análise acadêmica e potencial de formulação de políticas públicas.

Quanto à abordagem, adotou-se perspectiva mista. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados socioeconômicos, demográficos e produtivos, permitindo identificar padrões de vulnerabilidade. A dimensão qualitativa buscou compreender dinâmicas institucionais, percepções de gestores e agricultores, bem como aspectos territoriais que influenciam o acesso aos alimentos.

Minayo (2014) sustenta que a pesquisa qualitativa possibilita compreender significados, práticas sociais e relações institucionais, elementos indispensáveis para a análise de políticas públicas. No campo da SAN, essa dimensão é essencial para captar obstáculos institucionais, fragilidades de gestão e potencialidades comunitárias.

A triangulação metodológica fortalece a consistência analítica ao integrar diferentes fontes e instrumentos. Essa estratégia reduz vieses e amplia a confiabilidade dos resultados, conforme defendido por Lakatos e Marconi (2017).

3.1.2 Delineamento Operacional do Diagnóstico

A construção do diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município de São Pedro da Água Branca foi orientada por uma perspectiva sistêmica e territorial, reconhecendo que a insegurança alimentar se manifesta como expressão de múltiplas determinações estruturais. Nesse sentido, o delineamento não se limitou à coleta de informações isoladas, mas organizou-se a partir de uma matriz analítica que articulou dimensões socioeconômicas, produtivas, sanitárias e institucionais.

Partiu-se do pressuposto teórico de que o fenômeno alimentar deve ser compreendido como parte de um sistema social mais amplo. Conforme argumenta Amartya Sen (2010), a fome

não resulta apenas da escassez de alimentos, mas da limitação de capacidades e direitos de acesso. De forma complementar, Renato Maluf (2009) enfatiza que a segurança alimentar deve ser analisada no âmbito dos sistemas alimentares territorializados, considerando produção, circulação e consumo em sua interdependência.

Com base nessa fundamentação, o diagnóstico foi estruturado a partir de três eixos metodológicos integrados:

a) Estruturação da matriz de indicadores

Inicialmente, foi construída uma matriz analítica contendo indicadores organizados segundo as dimensões da SAN. Essa matriz funcionou como instrumento orientador da coleta e sistematização das informações. A seleção dos indicadores considerou critérios de relevância social, disponibilidade de dados e capacidade explicativa.

Foram incorporados indicadores demográficos, socioeconômicos, produtivos, sanitários e de saúde pública, possibilitando visualizar padrões estruturais e desigualdades internas. A utilização de indicadores secundários, conforme Malhotra (2012), amplia a confiabilidade da análise ao permitir comparabilidade e contextualização regional.

Mais do que descrever números, a matriz permitiu identificar inter-relações entre variáveis — por exemplo, a associação entre renda domiciliar, infraestrutura sanitária e condições nutricionais. Essa etapa foi fundamental para evitar uma leitura fragmentada da realidade municipal.

b) Análise institucional e intersetorial

O segundo eixo consistiu na análise da capacidade institucional do município para implementar políticas relacionadas à SAN. Considerando que o direito à alimentação depende da atuação coordenada do poder público, examinou-se o grau de articulação entre setores como assistência social, saúde, agricultura e educação.

A análise institucional buscou identificar a existência de instrumentos formais de planejamento, mecanismos de coordenação intersetorial e espaços de participação social. Conforme Minayo (2014), compreender políticas públicas exige analisar tanto sua formulação normativa quanto sua implementação concreta. Esse movimento permitiu observar a presença ou ausência de políticas, suas limitações operacionais, capacidade técnica e sustentabilidade administrativa.

c) Leitura territorial e socioespacial

O terceiro eixo metodológico concentrou-se na leitura territorial da insegurança alimentar. Inspirada na abordagem de Milton Santos (2008), a análise considerou o território como espaço de materialização das desigualdades sociais.

Foram observadas diferenças entre áreas urbanas e rurais, condições de acesso físico aos alimentos, infraestrutura de transporte e proximidade de equipamentos públicos. A dimensão espacial revelou como fatores geográficos e logísticos interferem diretamente no abastecimento alimentar e no acesso a serviços essenciais.

A etapa final do delineamento consistiu na integração interpretativa dos dados produzidos pelos três eixos. Em vez de apresentar resultados compartimentalizados, optou-se por uma leitura cruzada das informações, buscando evidenciar relações estruturais.

Assim, indicadores de renda foram analisados conjuntamente com dados de saneamento; informações sobre produção agrícola foram relacionadas à oferta alimentar local; e aspectos institucionais foram confrontados com os resultados sociais observados.

Essa estratégia metodológica permitiu construir um diagnóstico mais consistente e contextualizado, evitando reducionismos econômicos ou meramente descritivos. O resultado foi a elaboração de um panorama estruturado da situação de Segurança Alimentar e Nutricional no município, capaz de subsidiar planejamento e formulação de políticas públicas.

3.2 Aspectos demográficos e socioeconômicos

3.2.1 História do Município

A formação histórica de São Pedro da Água Branca está vinculada ao processo de ocupação territorial da região sul do Maranhão, intensificado ao longo do século XX com a expansão da fronteira agrícola. Conforme registros históricos disponibilizados pelo IBGE (2022), o município teve origem em povoamento associado à atividade agropecuária, consolidando-se posteriormente por meio de sua emancipação política.

O processo de ocupação foi marcado por fluxos migratórios internos, especialmente de trabalhadores rurais em busca de terras agricultáveis. Essa dinâmica se insere no contexto mais amplo de expansão agrícola no Nordeste brasileiro, caracterizado por reorganização fundiária e crescimento de atividades agropecuárias de base familiar.

Historicamente, a economia local estruturou-se em torno da agricultura e da pecuária, atividades que moldaram tanto o espaço territorial quanto as relações sociais. A predominância da agricultura familiar contribuiu para a formação de comunidades rurais dispersas, aspecto que ainda influencia o acesso a serviços públicos e mercados consumidores.

Entretanto, como observado por Castro (2008), regiões marcadas por base produtiva primária nem sempre apresentam distribuição equitativa de renda ou infraestrutura adequada. A dependência de atividades agropecuárias e a limitada diversificação econômica podem contribuir para a manutenção de vulnerabilidades sociais.

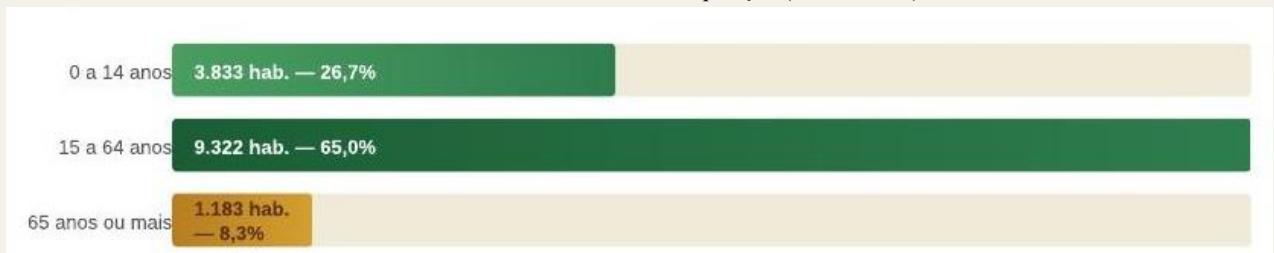
A emancipação administrativa representou marco importante para o município, permitindo a organização de estruturas próprias de gestão pública. Todavia, a consolidação institucional ocorre em contexto de restrições fiscais comuns aos municípios de pequeno porte, o que impacta a implementação de políticas estruturantes, inclusive aquelas voltadas à segurança alimentar.

Portanto, a trajetória histórica de São Pedro da Água Branca evidencia a inter-relação entre território, produção agrícola e vulnerabilidade social, elementos que fundamentam a análise das condições atuais de Segurança Alimentar e Nutricional.

3.2.2 População

De acordo com o Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município registrou 14.338 habitantes no ano de 2022, distribuídos num território de 720,45 km², resultando em uma densidade demográfica de aproximadamente 19,9 habitantes por km².

Gráfico 1 - Estrutura Etária da População (Censo, 2022)



Fonte: IBGE (Censo 2022). Elaborado pela equipe autora (2026).

Tabela 1 - Estrutura Populacional por Sexo e Idade (Censo 2022).

INDICADOR	NÚMERO DE PESSOAS
População total	14.338 hab.
Homens	7.308 hab.
Mulheres	7.030 hab.
0–14 anos	3.833 hab.
15–64 anos	9.322 hab.
65 anos ou mais	1.183 hab.

Fonte: IBGE (Censo 2022). Elaborado pela equipe autora (2026).

Gráfico 2 - Distribuição percentual por sexo (Censo, 2022)



Fonte: IBGE (Censo 2022). Elaborado pela equipe autora (2026).

A maior parte da população do município reside em área urbana, sendo 11.912 pessoas, enquanto cerca de 2.426 vivem em área rural. Essa configuração territorial influencia a dinâmica de acesso à alimentação: populações rurais tendem a enfrentar maiores desafios logísticos, como maiores distâncias até equipamentos públicos e mercados, bem como menor acesso a serviços essenciais.

A predominância de população urbana em São Pedro da Água Branca, embora ainda pequena em número absoluto, influencia significativamente a estrutura de acesso à alimentação e serviços públicos. A concentração em área urbana facilita, em teoria, o acesso a mercados e equipamentos públicos. Contudo, a dependência de renda ainda determina o poder de compra e a qualidade da alimentação.

A presença de uma parcela considerável da população rural também merece destaque, especialmente no contexto de SAN. Comunidades rurais podem enfrentar restrições maiores de acesso físico a serviços essenciais, deslocamentos mais longos até serviços públicos e mais dificuldades logísticas em situações de crise. Essas desigualdades territoriais precisam ser consideradas em qualquer estratégia de política pública.

3.2.3 Indicadores socioeconômicos

A análise dos indicadores socioeconômicos é fundamental para compreender as condições de vida da população de São Pedro da Água Branca e suas implicações para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Variáveis como distribuição de renda, renda per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e concentração de renda (Índice de Gini) oferecem uma perspectiva integrada das desigualdades e capacidades do município.

Segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes a 2023, o PIB per capita de São Pedro da Água Branca era de aproximadamente R\$ 10.417, valor inferior à média estadual e que indica limitações na capacidade econômica média dos residentes locais. O PIB per capita representa a soma dos bens e serviços produzidos, dividida pela população, e é um dos principais indicadores para avaliar a capacidade econômica de um município (IBGE, 2025).

Outro indicador relevante é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). De acordo com dados históricos consolidados pelo Atlas Brasil, o município apresentava um IDHM de 0,61 em 2010, valor considerado médio e que reflete limitações em termos de renda, educação e longevidade. Esta dimensão média indica que, apesar de avanços, há desafios estruturais em garantir acesso equitativo a oportunidades socioeconômicas e serviços públicos essenciais.

O Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda (onde 0 representa igualdade perfeita e 1 desigualdade máxima), foi estimado em aproximadamente 0,53, evidenciando alta desigualdade na distribuição de renda entre os habitantes. A presença de desigualdades elevadas pode influenciar diretamente o acesso à alimentação adequada, pois grupos em posição socioeconômica mais vulnerável tendem a ter menor capacidade de aquisição de alimentos de qualidade.

Tabela 2 - Indicadores Socioeconômicos Básicos (São Pedro da Água Branca)

INDICADOR SOCIOECONÔMICO	INDICADOR	FONTE
PIB per capita (2023)	R\$ 10.417	IBGE (2025)
IDHM (2010)	0,61	Atlas Brasil
Índice de Gini	0,53	Atlas Brasil

Fonte: IBGE e Atlas Brasil. Elaborado pela equipe autora (2026).

3.2.4 Território e características geográficas

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município possui área territorial aproximada de 720,45 km², com densidade demográfica em torno de 19,9 habitantes por km². Trata-se, portanto, de um território relativamente amplo, com população distribuída de forma dispersa, especialmente nas comunidades rurais.

A baixa densidade demográfica, associada à dispersão rural, implica desafios logísticos para a implementação de políticas públicas, incluindo aquelas relacionadas à SAN. O deslocamento até a sede municipal pode representar obstáculo ao acesso a equipamentos como

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades básicas de saúde e mercados formais.

3.2.4.1 Características Físicas e Ambientais

O município encontra-se inserido em área de transição entre biomas, com presença predominante de formações vegetais associadas ao Cerrado maranhense. O relevo caracteriza-se por superfícies levemente onduladas, favorecendo atividades agropecuárias, especialmente agricultura familiar e pecuária extensiva.

O clima predominante é tropical, com duas estações bem definidas: período chuvoso (geralmente entre novembro e abril) e período seco (maio a outubro). Essa sazonalidade influencia diretamente os ciclos produtivos agrícolas e, conseqüentemente, a disponibilidade local de alimentos. Em períodos de estiagem prolongada, podem ocorrer impactos sobre a produção agrícola, afetando renda e abastecimento.

A disponibilidade hídrica é variável, com presença de pequenos cursos d'água e dependência de sistemas locais de abastecimento. A irregularidade no acesso à água potável em áreas rurais pode comprometer tanto a produção agrícola quanto as condições sanitárias, impactando a qualidade nutricional da população.

3.2.4.2 Uso do Solo e Estrutura Produtiva

A ocupação do solo no município está majoritariamente associada à agropecuária. A agricultura familiar desempenha papel relevante na produção de alimentos básicos destinados tanto ao autoconsumo quanto à comercialização em feiras locais.

Segundo o IBGE (Censo Agropecuário 2017), municípios da região sul do Maranhão apresentam predominância de pequenas propriedades rurais, com produção diversificada, ainda que limitada por acesso restrito a crédito, assistência técnica e infraestrutura de escoamento.

3.2.4.3 Infraestrutura e Conectividade

O município é atravessado por rodovias estaduais e encontra-se relativamente próximo a centros urbanos maiores, como Imperatriz, que exerce influência econômica e comercial sobre a região. Essa proximidade facilita o abastecimento de produtos não produzidos localmente, mas também pode gerar dependência de mercados externos.

A presença de infraestrutura logística regional, como a Estrada de Ferro Carajás, nas proximidades amplia a conectividade regional, ainda que seus impactos diretos na economia local dependam de articulações produtivas e institucionais.

Entretanto, a qualidade das vias rurais, especialmente durante o período chuvoso, pode comprometer o escoamento da produção agrícola e o acesso da população aos serviços públicos. Essa limitação territorial reforça a importância de políticas de infraestrutura como componente estratégico da SAN.

4. DIAGNÓSTICO

A etapa diagnóstica constitui o núcleo estruturante do estudo sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município de São Pedro da Água Branca, pois é neste momento que os dados demográficos, socioeconômicos, territoriais e institucionais anteriormente apresentados são interpretados de forma integrada. Diferentemente da caracterização descritiva realizada nas seções anteriores, o diagnóstico assume caráter analítico, buscando identificar vulnerabilidades, potencialidades, lacunas institucionais e fatores estruturais que condicionam o direito humano à alimentação adequada no contexto local.

A concepção adotada fundamenta-se na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006), que define a Segurança Alimentar e Nutricional como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras de saúde, respeitando a diversidade cultural e sendo ambiental, econômica e socialmente sustentáveis. Essa definição amplia a compreensão da temática ao integrar dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas.

O diagnóstico também dialoga com a perspectiva das capacidades proposta por Amartya Sen (2010), segundo a qual a privação alimentar não decorre exclusivamente da escassez de alimentos, mas da limitação de acesso, renda, oportunidades e proteção social. Nessa perspectiva, a insegurança alimentar é compreendida como fenômeno estrutural associado às desigualdades socioeconômicas e às fragilidades institucionais.

Além disso, adota-se a abordagem territorial da SAN, conforme discutida por Renato Maluf (2009), que destaca a importância da articulação entre produção local, mercados, políticas públicas e governança intersetorial. Em municípios de pequeno porte, como São Pedro da Água Branca, essa articulação assume relevância ainda maior, dado o grau de dependência de transferências intergovernamentais e a limitada capacidade fiscal própria.

a. Acesso à Alimentação Adequada e Saudável

O acesso à alimentação adequada e saudável constitui dimensão estruturante da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), conforme previsto na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) envolve a existência de alimentos, sua disponibilidade regular, qualidade nutricional, adequação cultural e possibilidade real de aquisição pela população.

No município de São Pedro da Água Branca, a análise do acesso deve considerar fatores econômicos, territoriais e institucionais. Municípios de pequeno porte, especialmente localizados no interior maranhense, frequentemente enfrentam limitações relacionadas à concentração da oferta alimentar em pequenos estabelecimentos comerciais, dependência de cadeias externas de abastecimento e baixa diversificação de produtos frescos.

O acesso físico aos alimentos está diretamente condicionado à organização do comércio local. Em contextos onde predominam pequenos mercados e ausência de feiras estruturadas permanentes, pode haver limitação na oferta de frutas, verduras e hortaliças, impactando o padrão alimentar da população. A literatura sobre desertos alimentares aponta que a disponibilidade desigual de alimentos saudáveis interfere na qualidade da dieta, especialmente em áreas periféricas.

O município dispõe de Restaurante Popular, equipamento público essencial para a promoção do acesso regular a refeições saudáveis a baixo custo, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade. Esse serviço atua como uma política de proteção social alimentar, reduzindo barreiras de preço e ampliando a disponibilidade de refeições nutricionalmente equilibradas.

A coordenação das ações de SAN ocorre por meio da articulação intersetorial envolvendo a Secretaria de Agricultura, a Assistência Social (CRAS/CREAS), a Saúde e a Educação. Essa governança operacionalizada em reuniões periódicas potencializa o planejamento integrado, evita sobreposição de esforços e direciona recursos para prioridades comuns, como o atendimento a famílias rurais vulneráveis.

Entre as barreiras ao acesso para famílias de baixa renda, destacam-se a insuficiência de renda e a limitação de recursos públicos para ampliação de políticas estruturantes. Esses fatores impactam tanto a dimensão econômica do acesso (capacidade de compra) quanto a disponibilidade territorial de serviços, demandando estratégias combinadas de transferência de renda, oferta pública de refeições e promoção da produção local.

A presença de nutricionistas na rede municipal fortalece a qualidade nutricional, tanto na alimentação escolar quanto nas ações de promoção da saúde e de educação alimentar e nutricional (EAN) nos territórios. Essa atuação técnica contribui para que o direito humano à alimentação adequada seja observado do ponto de vista do acesso, mas da qualidade e adequação cultural.

As ações de EAN presentes em escolas, unidades de saúde e comunidades, quando contínuas e contextualizadas, ampliam a autonomia alimentar das famílias, estimulam escolhas

informadas e incentivam a valorização de alimentos locais. A EAN, articulada a compras do PNAE e à feira, pode consolidar ambientes alimentares saudáveis, especialmente para crianças, adolescentes e gestantes.

A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE tem duplo efeito positivo sobre o acesso: (i) dinamiza a economia local, mantendo renda no território; e (ii) qualifica a oferta alimentar nas escolas, com alimentos frescos e culturalmente reconhecidos. Essa sinergia é estratégica para reduzir insegurança alimentar, especialmente em comunidades rurais.

O Restaurante Popular, ao lado das ações do CRAS/CREAS e da rede de saúde, pode funcionar como nó de apoio para famílias em transição entre situação de insegurança alimentar severa e moderada, servindo como ponto de referência para encaminhamentos, cadastros, encaminhamento para benefícios e educação alimentar personalizada. A intersetorialidade é chave para promover resultados sustentáveis.

A logística de deslocamento na zona rural durante o período chuvoso também interfere no acesso físico aos alimentos (feiras, mercados e equipamentos públicos). A continuidade das obras em vicinais e pontes é, portanto, uma política de acesso: reduz tempo de deslocamento, amplia janelas de compra e diminui custos de transporte para as famílias.

O Bolsa Família e outras transferências de renda, como prioridades da gestão, cumprem papel importante na estabilização do consumo alimentar. Aliadas à oferta pública e à redução de barreiras territoriais, criam chão mínimo de acesso, principalmente para famílias com crianças, idosos e pessoas com deficiências, públicos para os quais a alimentação saudável tem impacto direto em indicadores de saúde e educação.

Persistem desafios como a expansão do cardápio do Restaurante Popular com produtos locais (ex.: farinha de mandioca, abóbora, banana) de forma sazonalmente ajustada, a fortalecimento de cozinhas comunitárias onde couber, e a integração de estratégias de EAN com campanhas de prevenção de doenças crônicas relacionadas à alimentação, articulando saúde e educação para atingir maior escala e efetividade.

Tabela 3 - Equipamentos e serviços de acesso alimentar.

ITEM	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Restaurante Popular	Existente	Equipamento estratégico para refeições a baixo custo
EAN (escolas, saúde, comunidades)	Em execução	Educação alimentar contínua e contextualizada
Nutrição no PNAE	Presença de nutricionista	Qualificação do cardápio escolar

Nutrição na rede de saúde	Presença de nutricionista	Ações de promoção da saúde e EAN
---------------------------	---------------------------	----------------------------------

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

b. Produção e disponibilidade de alimentos

A produção de alimentos constitui pilar estruturante da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), pois determina a base material que sustenta o abastecimento local, a autonomia territorial e a soberania alimentar. No âmbito municipal, essa dimensão envolve a diversidade agrícola, a organização social dos produtores, a infraestrutura logística e a integração com políticas públicas de comercialização.

Em São Pedro da Água Branca, a agricultura familiar configura o eixo central da produção alimentar. O perfil produtivo revela predominância de culturas tradicionais voltadas tanto ao autoconsumo quanto à comercialização local, com destaque para mandioca, feijão e milho — produtos historicamente associados à base alimentar maranhense.

A produção de mandioca, especialmente para fabricação de farinha, possui centralidade econômica e cultural. A farinha não representa apenas um produto agrícola, mas um elemento estruturante da identidade alimentar regional. Essa característica fortalece a estabilidade da oferta de um alimento básico amplamente consumido no município.

Além das culturas tradicionais, observa-se produção de frutas e hortaliças, como banana, melancia, abóbora e hortaliças diversas. A presença desses produtos amplia o potencial de diversificação alimentar e contribui para maior qualidade nutricional da oferta local.

Tabela 4 - Principais Produtos da Agricultura Familiar.

GRUPO ALIMENTAR	PRODUTO	FINALIDADE PRINCIPAL
Tubérculos	Mandioca	Produção de farinha
Grãos	Feijão	Consumo e venda
Grãos	Milho	Consumo e venda
Frutas	Banana	Comercialização local
Frutas	Melancia	Comercialização
Hortaliças	Diversas	Venda em feira
Oleaginosas	Babaçu	Produção de azeite

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Gráfico 3 - Principais produtos da Agricultura Familiar



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A diversidade produtiva indica potencial para oferta equilibrada de alimentos básicos e in natura. Contudo, não há evidências de planejamento agrícola sistemático voltado à ampliação da diversidade ou à produção agroecológica estruturada.

Não obstante, a organização socioprodutiva constitui elemento estruturante da produção e da disponibilidade de alimentos no município. Não se trata apenas de um arranjo formal entre produtores, mas de um mecanismo de fortalecimento territorial, governança econômica e redução de vulnerabilidades estruturais. A literatura sobre desenvolvimento rural, especialmente Abramovay (1998) e Schneider (2010), aponta que o associativismo amplia a capacidade de negociação, reduz custos de transação e fortalece a inserção dos agricultores familiares em mercados institucionais.

No município de São Pedro da Água Branca, observa-se presença de associações rurais formalmente constituídas, vinculadas a assentamentos e comunidades agrícolas. Essas organizações desempenham função estratégica na coordenação produtiva, no acesso a políticas públicas e na representação coletiva junto ao poder público municipal.

A existência de associações como a Associação de Moradores e Lavradores do Assentamento Água Branca, Associação dos Produtores Rurais PA Água Branca, Associação dos Produtores Rurais do Riacho das Traíras, ASPROVILA, Associação dos Agricultores Familiares Palmeiras e Associação Boa Esperança evidencia capital social relevante no território. Esse capital social é fundamental para consolidação de cadeias curtas de abastecimento e para fortalecimento da agricultura familiar como base da segurança alimentar.

A organização coletiva permite ganhos de escala, especialmente na compra de insumos e na comercialização. Quando produtores atuam de forma isolada, enfrentam maior

vulnerabilidade frente a intermediários e variações de mercado. A ação associativa, ao contrário, amplia poder de barganha e possibilita contratos institucionais mais estáveis.

Além disso, a organização socioprodutiva favorece a formalização necessária para participação em programas públicos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar. O acesso ao PNAE exige regularidade documental, capacidade de fornecimento e organização logística — elementos que se tornam mais viáveis quando estruturados coletivamente.

A existência de feira livre local constitui um canal de comercialização direta, reduzindo intermediações e melhorando a margem do produtor. Feiras livres também favorecem a diversidade de oferta para o consumidor, a circulação de alimentos in natura e minimamente processados, e a manutenção de hábitos alimentares culturalmente reconhecidos. Essa infraestrutura de mercado, ainda que de pequeno porte, é estratégica para a SAN, pois aproxima quem produz de quem consome, com preços mais acessíveis e maior frescor.

O município integra a produção da agricultura familiar aos mecanismos de compra institucional, com participação no PNAE. Esse arranjo cria demanda estável e previsível, fomenta a regularidade de fornecimento, e incentiva a melhoria de padrões de qualidade e logística, aspectos centrais para sustentar cadeias curtas e fortalecer a renda das famílias agricultoras. Além disso, a compra pública movimentava o comércio interno e amplia a diversidade de alimentos na alimentação escolar.

Entre as dificuldades estruturais enfrentadas destacam-se os impactos do clima, o medo de enchentes nas áreas ribeirinhas, a ocorrência de *sigatoka* em bananais e as limitações de acesso e escoamento da produção em períodos chuvosos. Tais fatores somam riscos produtivos e logísticos, podendo comprometer safras, elevar perdas pós-colheita e reduzir o preço de venda em função de atrasos na colocação do produto no mercado.

É relevante registrar que, desde 2025, a prefeitura vem implementando intervenções em estradas vicinais e pontes na zona rural, mitigando um dos gargalos históricos do escoamento. Investimentos em acessos rurais tendem a melhorar a competitividade da agricultura familiar, reduzir custos de transporte, ampliar o raio de comercialização e favorecer a regularidade no abastecimento da feira e do PNAE.

A presença do azeite de babaçu sinaliza o papel dos recursos extrativistas na renda e na cultura alimentar local, inclusive com potencial para agregação de valor e inserção em mercados diferenciados (saberes tradicionais e identidade territorial). A valorização de produtos da sociobiodiversidade pode se articular a políticas de compras públicas e a iniciativas de qualificação de processamento artesanal, rotulagem e boas práticas.

No que se refere à assistência técnica e extensão rural, a organização via associações cria um ambiente propício para a oferta coletiva de capacitações, manejo agroecológico e estratégias de convivência com o clima, fundamentais para reduzir riscos sanitários (como a sigatoka) e aprimorar pós-colheita. Tais medidas fortalecem a resiliência do sistema alimentar municipal e se alinham ao enfoque de soberania e segurança alimentar.

A articulação com o PNAE e a presença de feira livre compõem um arcabouço que pode ser expandido com: (i) calendários de plantio e entrega integrados à demanda escolar; (ii) apoio a agroindústrias familiares para beneficiamento de mandioca, hortaliças e frutas; (iii) melhorias na logística de transporte; e (iv) estratégias de gestão de riscos climáticos. Essa combinação tende a estabilizar renda, diversificar a dieta e robustecer o sistema municipal de abastecimento.

c. Transferência de renda e indicadores de condições de vida

A centralidade das transferências de renda para a redução da insegurança alimentar em São Pedro da Água Branca se confirma quando observamos que a principal barreira ao acesso à alimentação relatada pelas famílias de baixa renda é justamente a insuficiência financeira para adquirir alimentos saudáveis e variados. As políticas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família, figuram entre as principais prioridades da gestão local para enfrentar a insegurança alimentar, notadamente entre famílias da zona rural.

A estratégia municipal explicita o fortalecimento do Bolsa Família e de ações emergenciais de apoio alimentar, articuladas ao incentivo à agricultura familiar e à ampliação de compras institucionais, como pilares para melhorar as condições de vida dos grupos vulneráveis. O diagnóstico local indica que a baixa renda é a barreira mais recorrente para o acesso a alimentos adequados e saudáveis, somada à falta de recursos para políticas públicas específicas. Esses fatores limitam a capacidade de consumo das famílias e reforçam a centralidade das transferências monetárias como instrumento de proteção social e de dinamização do mercado alimentar local.

A governança da política de SAN foi estruturada com a instituição do COMSEA e da CAISAN Municipal em 29/04/2025, o que cria condições para planejamento intersetorial, definição de prioridades e controle social, elevando a efetividade das ações sobre renda e condições de vida. A integração entre as secretarias (Agricultura, Assistência Social, Saúde e Educação) ocorre em reuniões trimestrais, mecanismo-chave para alinhar benefícios e serviços.

Do ponto de vista orçamentário, o município informa previsão de recursos para SAN no PPA, o que confere base financeira para ações plurianuais e para a manutenção de iniciativas direcionadas às famílias em maior vulnerabilidade socioeconômica. Esse arranjo fortalece a sustentabilidade das políticas de transferência de renda e de inclusão produtiva

As condições de vida também dependem do ambiente alimentar e dos circuitos de comercialização. O município conta com feira livre local, canal de venda direta que reduz intermediações, melhora a margem do produtor e amplia o acesso da população a alimentos frescos. A participação no PNAE cria demanda estável para a agricultura familiar, promovendo renda e circulação econômica no território.

A organização social rural é um ativo para as condições de vida: a presença de associações de agricultores fortalece a negociação coletiva, o acesso a políticas e a inserção em compras públicas, o que repercute positivamente na renda das famílias e no abastecimento local (mandioca/farinha, feijão, milho, banana, melancia, abóbora, hortaliças e azeite de babaçu).

A infraestrutura de mobilidade tem impacto direto sobre renda e acesso. A gestão tem investido, desde 2025, em estradas vicinais e pontes na zona rural, mitigando um gargalo histórico de escoamento da produção e de deslocamento das famílias a serviços e mercados, sobretudo em períodos chuvosos.

A rede de proteção social inclui equipamentos públicos de alimentação, como o Restaurante Popular, que funciona como amortecedor para famílias de baixa renda, garantindo refeições a baixo custo. Integrado às transferências e ao mercado local, esse equipamento contribui para estabilizar o consumo alimentar e para a melhoria concreta das condições de vida no município

As reuniões intersetoriais entre as secretarias municipais representam uma estratégia importante para aprimorar as condições de vida, pois permitem que assistência social, saúde, educação e agricultura atuem de forma coordenada na identificação de vulnerabilidades e na construção de respostas integradas. A intersetorialidade é fundamental para que o município consiga responder às necessidades reais das famílias.

d. Acesso aos serviços de água adequada, esgotamento sanitário e coleta de lixo

O acesso à água potável é um componente essencial das condições de vida e da segurança alimentar. No município, a cobertura de abastecimento de água alcança 85% na zona urbana e 90% na zona rural, um patamar expressivo para realidades amazônicas/marajoaras e

do interior do Maranhão. Esses números, porém, precisam ser analisados em conjunto com os demais serviços ambientais para avaliar riscos sanitários residuais.

A ausência de esgotamento sanitário no município representa um ponto crítico: sem coleta e tratamento de esgoto, ampliam-se riscos de contaminação de mananciais, proliferação de vetores e ocorrência de doenças de veiculação hídrica, que comprometem a segurança alimentar por meio de agravos diarreicos, parasitoses e outras enfermidades relacionadas à água.

Em 90% dos povoados, o acesso se dá por poços artesanais, uma solução importante para garantir disponibilidade hídrica em áreas dispersas. Contudo, a dependência de poços exige monitoramento da qualidade da água, manutenção preventiva e controle de fontes de contaminação, sobretudo em contextos de inexistência de esgotamento sanitário e destinação inadequada de resíduos.

Há registros de dificuldades de acesso à água de qualidade em alguns bairros, associadas à distância e limitações estruturais de locomoção, o que induz desigualdades territoriais no serviço. Em períodos de chuva intensa, tais barreiras se somam a desafios de mobilidade, reforçando a importância de investimentos em infraestrutura urbana e manutenção dos sistemas.

A qualidade da água é determinante para a inocuidade alimentar: água inadequada para preparo e higiene potencializa risco microbiológico nos alimentos e afeta diretamente a saúde, especialmente de crianças, gestantes e idosos. Portanto, a política de SAN deve incluir vigilância da água e educação em saúde para manejo doméstico seguro, com prioridade a áreas sem rede de esgoto.

A consolidação de COMSEA e CAISAN Municipal cria a oportunidade de integrar metas de saneamento básico ao Plano Municipal de SAN, estabelecendo indicadores de cobertura, qualidade e acesso territorial que dialoguem com os desfechos de saúde e nutrição (ex.: internações por diarreia, surtos hídricos, monitoramento do SISVAN e do VIGIAGUA).

No eixo coleta de lixo/resíduos sólidos, a inexistência de informações detalhadas nos documentos analisados indica uma lacuna de monitoramento a ser suprida pelo plano. É recomendável incorporar diagnóstico específico de limpeza urbana e manejo de resíduos nas zonas urbana e rural, com metas de ampliação de cobertura, disposição final ambientalmente adequada e educação ambiental contínua.

No curto prazo, medidas como testagem periódica de potabilidade nos poços, cloração adequada, campanhas de higiene de alimentos e água, e rotas regulares de coleta de resíduos

nas áreas mais adensadas podem reduzir riscos enquanto projetos estruturantes de esgotamento são planejados e financiados. A priorização de bairros com maior dificuldade de acesso deve orientar a alocação incremental de recursos.

Em síntese, o município apresenta boa cobertura de água em termos quantitativos, porém com risco sanitário elevado pela ausência de esgoto e lacunas de gestão de resíduos. Integrar saneamento e limpeza urbana ao Plano de SAN, com metas e indicadores monitoráveis por COMSEA/CAISAN, é essencial para transformar disponibilidade em segurança hídrica e alimentar efetiva, reduzindo agravos e elevando a qualidade de vida.

e. Saúde, Nutrição e Educação alimentar

O conjunto de ações desenvolvidas pelo município no campo da saúde e nutrição demonstra uma estrutura capaz de acompanhar condições alimentares e nutricionais da população, especialmente por meio do SISVAN, cuja utilização foi confirmada pela Secretaria de Saúde como parte das rotinas de monitoramento nutricional das equipes da Atenção Primária. Esse monitoramento permite identificar tendências de risco nutricional e apoiar a tomada de decisões em políticas públicas

A presença de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em escolas, unidades de saúde e comunidades evidencia uma preocupação em alinhar práticas alimentares saudáveis ao cotidiano da população, reforçando a autonomia das famílias e o conhecimento sobre escolhas alimentares mais adequadas. Essas ações tornam-se ainda mais relevantes em municípios onde o acesso econômico aos alimentos é limitado por fatores socioeconômicos, como relatado pelas famílias

A participação de nutricionistas tanto na Educação, quanto na Saúde, contribui para uma rede de cuidado contínua, que vai desde a elaboração dos cardápios do PNAE até atendimentos e orientações na rede municipal de saúde. Esse arranjo favorece a promoção de hábitos alimentares saudáveis e fortalece a integração entre escola, família e serviços de saúde.

Apesar da presença de uma nutricionista na rede de saúde, o fato de essa profissional atuar exclusivamente na demanda hospitalar cria uma lacuna importante na Atenção Primária, que necessita de acompanhamento nutricional contínuo para populações vulneráveis, como gestantes, idosos, pessoas em situação de pobreza e indivíduos com doenças crônicas. Essa ausência impacta diretamente a capacidade do município de promover ações preventivas.

Embora não tenha registrado casos de desnutrição infantil no período analisado, o cenário epidemiológico de hipertensão e diabetes exige que a rede amplie ações educativas e de promoção da saúde para evitar o avanço das doenças associadas à alimentação inadequada

O acompanhamento de hipertensos e diabéticos, realizado para todos os 1.259 e 476 usuários cadastrados respectivamente, demonstra que a rede está organizada para lidar com as demandas decorrentes de doenças crônicas relacionadas à alimentação, embora ainda precise expandir abordagens preventivas e educativas no nível da atenção básica, dada a ausência de nutricionistas para esse fim.

Embora as ações de EAN estejam presentes em múltiplos espaços, é essencial que essas iniciativas sejam sistematizadas em estratégias que contemplem conteúdos educativos culturalmente sensíveis, valorizando alimentos tradicionais da região, como mandioca, hortaliças e produtos derivados do babaçu. Essa abordagem reforça vínculos identitários e estimula práticas alimentares alinhadas à disponibilidade local de alimentos, fortalecendo a soberania alimentar no município.

5. PROPOSTAS ORIUNDAS DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Pedro da Água Branca/MA constituiu espaço democrático, deliberativo e participativo para análise da realidade local e formulação de propostas voltadas à consolidação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Realizada em consonância com a Lei nº 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN) e regulamentada pelo Decreto nº 7.272/2010, a Conferência integrou representantes do poder público, sociedade civil organizada, agricultores familiares, usuários das políticas públicas e demais segmentos sociais.

O processo conferencial permitiu a identificação de desafios estruturais relacionados à produção de alimentos, ao acesso da população em situação de vulnerabilidade, à articulação intersetorial e ao fortalecimento do controle social. As propostas aprovadas foram sistematizadas conforme os três eixos estruturantes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo coerência com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

As deliberações aqui apresentadas orientam a formulação das diretrizes estratégicas do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, consolidando compromissos institucionais entre os entes federativos e reafirmando a centralidade da soberania alimentar, da participação social e da intersetorialidade como fundamentos da política pública de SAN.

a. Eixo 1 – Determinantes Estruturais e Macrodesafios para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Nível Municipal

- Fomentar a diversificação da produção familiar local;
- Ampliar o acesso à água potável e saneamento básico rural e urbano;
- Fortalecer programa de inclusão produtiva e geração de renda;
- Promover Educação Alimentar e Nutricional com valorização cultural;
- Garantir o uso sustentável dos recursos naturais locais.

Nível Estadual

- Criar linhas de créditos e apoio específico para a transição agroecológica.

Nível Federal

- Estabelecer mecanismos de proteção e organização do uso da terra.

b. Eixo 2 – Políticas Públicas Garantidoras dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada

Nível Municipal

- Estruturar e ativar a CAISAN e COMSEA municipal;
- Assegurar o abastecimento de alimentos saudáveis nas escolas públicas;
- Implementar Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias;
- Desenvolver o Plano de Abastecimento Alimentar;
- Capacitar servidores e agentes comunitários em Segurança Alimentar e Nutricional.

Nível Estadual

- Fortalecer Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) estadual.

Nível Federal

- Garantir financiamento contínuo dos Programas Federais de SAN.

c. Eixo 3 – Democracia e Participação Social

Nível Municipal

- Garantir a ampla participação popular no COMSEA;
- Realizar Conferências Municipais de SAN a cada dois anos;
- Fomentar a Organização Comunitária para a Segurança Alimentar;
- Criar canais de diálogo permanentes entre o poder público e a sociedade civil;
- Promover a transparência e o acesso à informação em SAN.

Nível Estadual

- Apoiar a articulação de Redes e Fóruns Estaduais de SAN.

Nível Federal

- Fortalecer o observatório de SAN e o monitoramento de dados.

6. DIRETRIZES: eixos estratégicos e ações da política de SAN

EIXO ESTRATÉGICO	AÇÕES PRIORITÁRIAS	ÓRGÃOS/INSTÂNCIAS ENVOLVIDAS	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Eixo 1 – Determinantes Estruturais e Macrodesafios	Fomentar a diversificação da produção familiar local	Secretaria de Agricultura; CAISAN	Nº de agricultores apoiados; diversidade produtiva anual
	Ampliar acesso à água potável e saneamento básico rural e urbano	Infraestrutura; Meio Ambiente; Saúde	% domicílios com acesso à água adequada
	Fortalecer programas de inclusão produtiva e geração de renda	Assistência Social; Agricultura	Nº famílias beneficiadas
	Promover Educação Alimentar e Nutricional com valorização cultural	Educação; Saúde; COMSEA	Nº ações realizadas por ano
	Garantir uso sustentável dos recursos naturais	Meio Ambiente; Agricultura	Nº iniciativas sustentáveis implementadas
	Criar linhas de crédito para transição agroecológica	Governo do Estado; ATER	Volume de crédito concedido
	Estabelecer mecanismos de proteção e organização do uso da terra	INCRA; Ministério do Desenvolvimento Agrário	Nº famílias com regularização fundiária
Eixo 2 – Políticas Públicas Garantidoras do DHAA	Estruturar e ativar CAISAN e COMSEA municipal	Gabinete; Assistência Social	Nº reuniões realizadas anualmente
	Assegurar abastecimento de alimentos saudáveis nas escolas públicas	Educação; Agricultura	% aquisição da agricultura familiar no PNAE
	Implementar Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias	Assistência Social	Nº equipamentos implantados
	Desenvolver Plano Municipal de Abastecimento Alimentar	Agricultura; Planejamento	Plano instituído por decreto
	Capacitar servidores e agentes comunitários em SAN	Todas as Secretarias	Nº capacitações realizadas
	Fortalecer ATER Estadual	Governo do Estado	Nº agricultores atendidos
	Garantir financiamento contínuo dos Programas Federais de SAN	MDS; FNDE; MDA	Volume anual de recursos repassados
Eixo 3 – Democracia e Participação Social	Garantir ampla participação popular no COMSEA	COMSEA	Representatividade da sociedade civil
	Realizar Conferências Municipais de SAN bienais	CAISAN; COMSEA	Conferências realizadas no período
	Fomentar organização comunitária para SAN	Assistência Social; Agricultura	Nº associações apoiadas
	Criar canais permanentes de diálogo	Gabinete; Secretarias	Nº audiências públicas realizadas
	Promover transparência e acesso à informação	Controladoria; CAISAN	Publicação anual de relatórios
	Apoiar articulação de redes estaduais de SAN	Governo do Estado	Participação em fóruns estaduais
	Fortalecer observatório e monitoramento de dados em SAN	Governo Federal	Atualização periódica de indicadores

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional constituem instrumentos essenciais para assegurar a efetividade das ações previstas, a transparência na execução das políticas públicas e a consolidação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito municipal. Esse processo deverá ocorrer de forma contínua, sistemática e intersetorial, em consonância com os princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O monitoramento compreende o acompanhamento periódico da execução das metas, ações e indicadores definidos neste Plano, permitindo identificar avanços, desafios e eventuais ajustes necessários. Já a avaliação envolve análise qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados, considerando impactos sociais, econômicos e territoriais relacionados à segurança alimentar e nutricional no município.

A responsabilidade institucional pelo monitoramento caberá à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Municipal), em articulação com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), assegurando a participação da sociedade civil no processo de acompanhamento e controle social.

7.1 Estrutura de Governança do Monitoramento

A governança do monitoramento do Plano será organizada a partir dos seguintes mecanismos:

- Reuniões trimestrais da CAISAN para acompanhamento das ações executadas pelas Secretarias envolvidas;
- Apresentação semestral de relatórios de execução ao COMSEA;
- Sistematização anual de dados e indicadores estratégicos;
- Publicização dos resultados em relatórios institucionais;
- Revisão intermediária do Plano no segundo ano de vigência.

7.2 Indicadores Estratégicos de Monitoramento

O acompanhamento das ações será orientado por indicadores estruturados a partir dos três eixos estratégicos do Plano:

Eixo 1 – Determinantes Estruturais

- Percentual de aquisição da agricultura familiar no PNAE;
- Número de agricultores familiares atendidos por assistência técnica;
- Percentual de domicílios com acesso à água adequada;
- Número de ações de inclusão produtiva implementadas;
- Número de iniciativas de produção sustentável apoiadas.

Eixo 2 – Políticas Garantidoras do DHAA

- Número de reuniões realizadas pela CAISAN e pelo COMSEA;
- Número de refeições ofertadas em equipamentos públicos de SAN;
- Número de famílias acompanhadas por programas de transferência de renda;
- Número de capacitações realizadas em SAN;
- Percentual de escolas com ações de Educação Alimentar e Nutricional.

Eixo 3 – Democracia e Participação Social

- Realização de Conferências Municipais de SAN;
- Número de audiências públicas e espaços de diálogo realizados;
- Publicação anual de relatórios de transparência;
- Participação do município em fóruns estaduais de SAN.

7.3 Fontes de Dados

As informações utilizadas para o monitoramento serão provenientes de:

- Sistemas administrativos municipais (Assistência Social, Educação, Saúde, Agricultura);
- Dados do Cadastro Único e Programa Bolsa Família;
- Informações do PNAE e relatórios do FNDE;
- Sistemas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social;
- Relatórios da CAISAN e do COMSEA;
- Dados oficiais do IBGE e demais órgãos federais e estaduais

7.5 Transparência e Controle Social

Os resultados do monitoramento e da avaliação deverão ser amplamente divulgados, garantindo acesso público às informações e fortalecendo o controle social. O COMSEA exercerá papel estratégico nesse processo, analisando relatórios, emitindo recomendações e contribuindo para o aprimoramento contínuo das ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

A consolidação de um sistema de monitoramento estruturado reforça o compromisso da gestão municipal com a governança democrática, a intersetorialidade e a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada no território de São Pedro da Água Branca/MA.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022 – Município de São Pedro da Água Branca (MA)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: São Pedro da Água Branca (MA)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: IPEA; PNUD; FJP, 2013. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 21 fev. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ANEXOS – Programa Nacional de Alimentar Escolar (PNAE)



Instituída pela Lei Municipal Nº 323 de 11 de março de 2025

Resolução nº 01 de 20 de Abril de 2026 – COMSEA.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de
Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidos pela Lei Nº 323, de 11 de março de 2025, que dispõe sobre a Política Municipal de Segurança Alimentar de Segurança Alimentar (SAN).

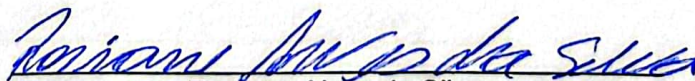
Considerando a plenária do COMSEA, em reunião ordinária no dia 26 de março de 2026.

Art. 1º aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), com validade 2026-2030.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro da Água Branca – Ma, 20 de Abril de 2026.

Atenciosamente,



Rosiane Alves da Silva
Presidente do COMSEA



ATA Nº 002/2026 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA

Aos 20 dias do mês de Abril de 2026, às 15 horas, reuniram-se, em sessão ordinária, os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA do Município de São Pedro da Água Branca-Ma, na Secretaria de Agricultura, localizada na Rua do SESP, S/N, Bairro Monte Sinai, para apreciação e deliberação sobre o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN, referente ao quadriênio 2026–2030.

A reunião teve início com a abertura da Presidente do COMSEA, a Sra. Rosiane Alves da Silva, a apresentou a pauta: Aprovação do PLAMSAN – Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de São Pedro da Água Branca - Ma. Ela ressaltou a importância do PLAMSAN, como uma ferramenta fundamental para o planejamento da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

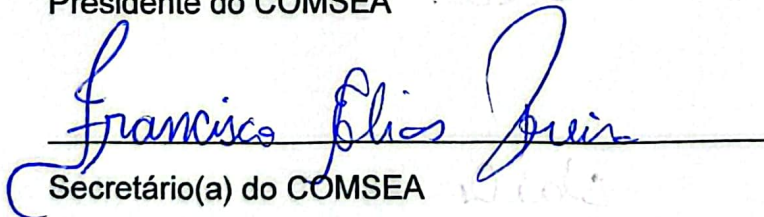
Após apresentação e explanação sobre a importância do Plano, para nosso município, foi aberta a palavra aos conselheiros para contribuições, perguntas e sanar as dúvidas. Após, encerrada a discussão, o PLAMSAN foi submetido à votação e APROVADO POR UNANIMIDADE.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18:15horas.

São Pedro da Água Branca-Ma, 20 Abril de 2026.



Presidente do COMSEA



Secretário(a) do COMSEA

Conselheiros Presentes na Reunião:

Letícia Andrade Oliveira
Eduardo das Caragas Ataíde
Renildo Alves da Silva
Luciana Nunes Moreira
Josiene dos Santos Martins
Josiene dos Santos Martins
Denis Wilson Vieira de Brito